

ADILSON MARCOS KAVA

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL NOS ANOS 90

CURITIBA

2004

ADILSON MARCOS KAVA

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL NOS ANOS 90

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, no curso de Economia, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Demian Castro

CURITIBA

2004

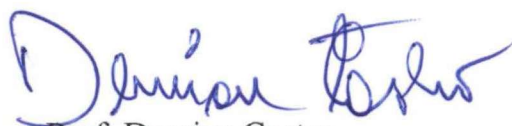
TERMO DE APROVAÇÃO

ADILSON MARCOS KAVA

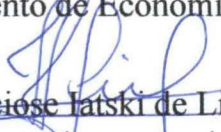
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL NOS ANOS 90

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas, no curso de Economia, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:


Orientador:



Prof. Demian Castro
Departamento de Economia UFPR



Prof. Franciose Janski de Lima
Departamento de economia UFPR



Prof. Angela Welters
Departamento de Economia UFPR

Curitiba, 22 de novembro de 2004.

Os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas.

John Maynard Keynes

Agradecimentos

Agradeço aos professores aos quais tive a oportunidade de conviver durante esses anos, agradeço também aos amigos que fiz durante essa caminhada e por último à minha família pela imensa força e ajuda nessa jornada.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE SIGLAS	viii
RESUMO	ix
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 HISTÓRICO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL, ANTECEDENTES, CARACTERÍSTICAS E EVOLUÇÃO ATÉ OS ANOS 90	3
2.1 ANTECEDENTES	4
2.2 HISTÓRICO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL ENTRE 1960 E 1980.....	5
2.3 PRINCIPAIS TEORIAS SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.....	8
2.4 AVALIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL 1960 – 1990 ..	10
3 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA NO BRASIL	13
3.1 COMPARAÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA ENTRE O BRASIL E O MUNDO.....	15
3.2 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESIGUALDADE DE RENDA.....	16
3.3 CAUSAS E DETERMINANTES DA DESIGUALDADE DE RENDA	19
3.4 CONCENTRAÇÃO DE RENDA E CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA	21
4 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NA DÉCADA DE 90.....	24
4.1 CONTEXTO INTERNACIONAL	24
4.2 A ÉPOCA DA GLOBALIZAÇÃO	25
4.3 ANOS 90 E O PERÍODO FHC	27
4.4 EXPERIÊNCIA E PROPOSTAS DE POLÍTICAS PARA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES.....	32
5 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	37

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – EVOLUÇÃO TEMPORAL DA INDIGÊNCIA E DA POBREZA NO BRASIL.....	14
TABELA 2 – EVOLUÇÃO TEMPORAL DOS INDICADORES DE DESIGUALDADE DE RENDA.....	17
TABELA 3 – EVOLUÇÃO TEMPORAL DA DESIGUALDADE DE RENDA	18
TABELA 4 – RIQUEZA ESTIMADA, BRASIL, 1989.....	22
TABELA 5 – EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL.....	23

LISTA DE SIGLAS

BIRD –	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
EUA –	Estados Unidos da América
FMI –	Fundo Monetário Internacional
GATT –	Acordo Geral de Tarifas e Comercio
IDH –	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS –	Instituto Nacional de Seguridade social
OMC –	Organização Mundial do Comércio
PIB –	Produto Interno Bruto

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o comportamento da distribuição de renda no Brasil, nos anos 90, sua relação com o grau de pobreza e sua evolução. Como objetivos específicos, busca-se apresentar a conjuntura econômica brasileira, durante os anos 90; relacionar o problema da distribuição de renda com a desigualdade social e sua influencia sobre a pobreza, em uma sociedade marcada pelas distâncias sociais. Finalmente busca-se verificar a questão da divisão da renda no país durante o período estipulado. Para isso fez-se necessário traçar um histórico da evolução da desigualdade de renda nas últimas décadas, medido através do índice de Gini e da influencia das políticas adotadas durante os anos 90 sobre o índice de desigualdade. Utiliza-se como instrumental os valores obtidos com base no coeficiente de Gini, tido como medida síntese para a verificação do nível de desigualdade em uma sociedade. O trabalho procura demonstrar a estabilidade da desigualdade de renda na década de noventa, decorrente da conjuntura econômica e das políticas praticadas. Verifica-se através dos resultados obtidos para o período, que não houve alteração no padrão de concentração de renda, mantendo-se o mesmo extremamente alto e estável. Conclui-se que a redução do grau de concentração de renda no Brasil, dependerá de políticas estruturais que efetivamente gerem uma ação distributiva dos ativos na sociedade e não apenas da prática de políticas assistenciais de curto prazo.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, ao completar 500 anos, entra para o século XXI com o título de um dos campeões mundiais de desigualdade de renda e de riqueza; uma herança de injustiça social que atravessa o século XX e exclui parte de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e de cidadania. A pobreza e a desigualdade surgem como graves problemas econômicos e estruturais do país.

De acordo com o Artigo 3.º da Constituição, são descritos os seguintes objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II – garantir o desenvolvimento nacional;
- III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1998 p.13).

O estudo proposto tem como objetivo analisar a questão da distribuição de renda no Brasil na década de 90. O período escolhido decorre da necessidade do debate sobre o tema, o qual foi praticamente ignorado nas últimas décadas, onde as políticas econômicas foram centradas ora no crescimento econômico, ora na busca pela estabilidade.

O trabalho tem como base a realidade apresentada no país durante o período estipulado, partindo de um resgate histórico da distribuição de renda no país, desde a década de 60 até fins dos anos 90.

Para a fundamentação do estudo, os dados foram obtidos através do levantamento de informações em livros e artigos pertinentes ao tema em questão, além de jornais e revistas com reportagens referentes ao tema e com o uso da pesquisa via Internet.

Procura-se mostrar a evolução dos indicadores da desigualdade de renda no Brasil e seu padrão durante os anos 90, a partir da conjuntura econômica e das políticas econômicas adotadas durante esse período, bem como da análise do problema da má distribuição de renda e de sua relação com a pobreza.

O trabalho divide-se em três capítulos; o primeiro traz um enfoque histórico sobre distribuição de renda no Brasil, antecedentes, características e evolução até o início dos anos 90 através de um referencial bibliográfico sobre o tema, possui ainda uma parte referente as teorias sobre distribuição de renda e uma avaliação da distribuição de renda com base no Coeficiente de Gini para o período compreendido entre os anos 60 até fins dos anos oitenta. No segundo capítulo trata-se da relação entre essa desigualdade e a pobreza, com base em uma análise da evolução da desigualdade de renda; através dos valores do coeficiente de Gini e sua evolução temporal ano a ano; além de um tópico sobre as causas e os determinantes da desigualdade de renda e finalmente uma comparação entre a distribuição de renda e de riqueza.

O último capítulo apresenta o cenário econômico dos anos 90, parte-se de uma análise da conjuntura internacional; em seguida examina-se o contexto interno, as políticas efetuadas no período e os dados referentes ao índice de desigualdade durante a década e finalmente apresenta um apanhado de políticas para redução do problema.

A hipótese principal a ser confirmada pelo trabalho diz respeito a estagnação dos indicadores de desigualdade de renda nos anos 90, devido a políticas econômicas não preocupadas com o problema.

2 HISTÓRICO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL, ANTECEDENTES, CARACTERÍSTICAS E EVOLUÇÃO ATÉ OS ANOS 90

De acordo com a matéria publicada na revista Carta Capital, do dia 03 de dezembro de 2003, tratando das desigualdades brasileiras, as diferenças se espalham pelo Brasil e constroem o antagonismo dos bem calçados e dos pés descalços.

A reportagem, deixa claro, os patamares elevados em que chegou a má distribuição de renda no país. Basta apresentar o abismo que separa as duas porções no Brasil, citadas acima.

A primeira porção é representada por um brasileiro de 35 anos que trabalha na carga e descarga de caminhões e ganha entre R\$ 350,00 e R\$ 400,00 por mês, que pagou por seu exemplar da São Paulo Alpargatas R\$ 7,00, o qual usará até a deformidade do solado, mas, para o representante da primeira porção fazer parte do segundo nível e presentear sua namorada, teria de poupar por quase 13 anos toda a sua renda ganha mês a mês, pois um dos 3 novos modelos de Havaianas com 1.532 penas de ouro e 414 pedras de diamante incrustadas nas tiras, custa em torno de R\$ 58,5 mil.

Através do exemplo adotado pela revista Carta Capital, observa-se um país dividido entre descalçados e pés que podem pisar em ouro e diamante.

Em publicação de 08 de outubro de 2003, a mesma revista já havia publicado dados sobre a renda per capita brasileira no referido ano. Os números apresentados foram pouco maiores que aqueles levantados no fim dos anos 70.

Traçando-se um histórico sobre a economia, verifica-se que, de 1940 a 1952, a renda per capita triplicou e a economia cresceu a mais de 10% ao ano. De 1952 a 1964, o crescimento foi de 4%, com melhora de mais de 10% ao ano. Em tempos do Milagre Econômico, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a taxas próximas a 10% anuais e a renda per capita dobrou.

Com o segundo choque do petróleo em 1979 e a elevação das taxas de juros, face à decisão dos Estados Unidos da América (EUA) de controlar as finanças mundiais, durante a década de 80 a economia brasileira manteve-se estagnada com um padrão de crescimento muito baixo.

2.1 ANTECEDENTES

Segundo o professor de História da Cultura da Universidade de São Paulo (USP), Nicolau Sevcenko em entrevista a revista CARTA CAPITAL (out. 2003, p.38), questionado sobre o problema da desigualdade no Brasil o mesmo afirma:

Ela vem de um padrão histórico derivado do passado colonial e escravista, com grande concentração da propriedade fundiária. Desde a origem, o país tem uma pequena elite dominante que possui absolutamente tudo e uma população de base totalmente despossuída por definição. O processo de republicanização, de integração do Brasil no projeto das democracias modernas, significaria redistribuição da propriedade, recomposição dos direitos e criação de uma igualdade fundamental. Mas isso não aconteceu e o padrão histórico permaneceu intacto.

Para o professor, o grande período da sociedade brasileira foi o pós-guerra; período em que se adota o padrão da sociedade de “Bem estar social”, sendo essa a melhor fase em relação ao crescimento decorrente de uma política redistributiva, devido a existência de investimentos públicos sejam eles, de infra-estrutura, educação, saúde, serviços de base e urbanização.

No decorrer dos anos 70, com o fim dessas políticas o país torna-se cada vez mais concentrador de renda e como a população continuou a crescer em épocas de retração econômica, aumenta assim o número de excluídos, gerando não apenas um problema social, mas um problema de segurança devido ao agravamento de um quadro que já tinha raízes excludentes.

Conforme SANDRONI (1999) a política econômica posta em prática no Brasil a partir dos anos 60, causou o agravamento da concentração da renda, atingindo com mais força os setores secundário e terciário. Pressupunha-se que o aumento dos rendimentos nas classes mais ricas incentivava o aumento da poupança e do investimento e conseqüentemente o aumento da produção. Visando esses objetivos o governo utilizou como meio a redução dos salários reais, além disso, reduzindo o poder de negociação dos trabalhadores, com a proibição de greves e de outras formas de organização operária.

Dessa maneira, o modelo do “milagre econômico brasileiro” decorreu do arrocho salarial dos trabalhadores menos qualificados, onde os aumentos de produtividade do sistema, em sua maior parte, foram incorporados nas mãos dos trabalhadores mais qualificados e dos empresários.

A consequência desse modelo foi a grande concentração de renda a favor de poucos. Os dados indicam que em 1960, 50% dos trabalhadores de menor rendimento recebiam 17,6% da renda total, em 1970 esse valor baixou para 13,7% da renda do país, enquanto que 38,8% da renda, em 1960, era apropriada pelos 10% mais ricos, aumentando sua parcela para 48,3% em 1970 (SANDRONI, 1999).

2.2 HISTÓRICO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL ENTRE 1960 E 1980

Segundo HOFFMANN (1978), o rápido crescimento econômico do final dos anos 60 e início dos 70 estava relacionado ao processo de concentração de renda, onde o tipo de crescimento ocorrido foi favorecido e condicionado por essa concentração, porém opondo-se ao desenvolvimento econômico de longo prazo.

A concentração da renda tem como efeito o aumento da demanda por bens de consumo duráveis e bens de luxo e a redução da demanda dos bens de primeira necessidade por parte da população de baixa renda.

Constata-se que a concentração de renda no Brasil entre 1960 e 1970 aumentou, sendo que em 1970 os 10 % mais ricos detinham mais de 40% da renda total, percebe-se assim que o Brasil, cuja história mostra ter origem de uma formação que levou a uma alta concentração da riqueza e da renda, no período citado sofreu um processo de agravamento do grau de distribuição e concentração da renda, o autor observa que essa condição não seria facilmente reduzida, dado que uma distribuição menos desigual exigiria modificações profundas na estrutura de produção (HOFFMANN, 1978).

De acordo com RAMOS (1993), nos anos 60 e início dos anos 70, em face do crescimento econômico do período, os temas relacionados à questão da redistribuição de renda foram deixados em segundo plano pelos países em desenvolvimento. Uma

das explicações surgidas no período afirmava que não compensava priorizar a distribuição, até que houvesse algo a ser distribuído e que a desigualdade favorecia o crescimento através do estímulo a poupança e a formação de capital.

Os políticos e governantes acreditavam que a expansão do produto causaria uma melhor distribuição do bem estar, ou ao mínimo poderia ajudar significativamente para a redução do problema distributivo e da sua mais grave consequência, ou seja, a miséria que atingia grande parte das populações desses países.

A discussão econômica centrava-se na época nos aspectos relacionados as estratégias de substituição de importações ou promoção de exportações e a exportação de produtos primários ou manufaturados. Os modelos econômicos admitiam que o crescimento beneficiaria todos os segmentos da economia. Como poderia ser visto mais tarde, a atenuação do problema distributivo estava longe de ser resolvida, pois mesmo que os países em desenvolvimento tivessem conseguido aumentar a industrialização e o crescimento econômico, a mudança na distribuição de renda e a pobreza, estavam distantes de uma solução nos anos 70, sendo um dos grandes fracassos dos tradicionais modelos de desenvolvimento econômico.

Dentre as razões para o fracasso foram citadas, a existência de distorções nos preços dos fatores de produção, a ênfase indevida no desenvolvimento dos setores de bens duráveis de consumo e de capital, a pressão populacional, as políticas incorretas na agricultura entre outras. Dando-se início a procura de novos modelos de desenvolvimento que proporcionassem uma divisão dos frutos do crescimento com mais igualdade.

De acordo com CAMARGO e GIAMBIAGI (1991), a discussão econômica nos anos oitenta esteve basicamente concentrada sobre os problemas causados pelos desequilíbrios macroeconômicos de curto prazo (inflação e dívida externa), porém o tema da má distribuição de renda tem afetado a sociedade brasileira, tornando-se cada vez mais importante, estando associado aos altos níveis de pobreza de grande parte da população.

Diversos grupos sociais preocupam-se com essa questão; partidos políticos, sindicalistas, lideranças, entre outros. O sentimento de injustiça social, causado pela disparidade de rendas, convivendo muitas vezes próximas umas das outras, famílias de alta renda e famílias com níveis de renda extremamente baixos, sendo esse fenômeno um dos efeitos da urbanização descontrolada ocorrida após os anos 50, gerando um aprofundamento dos problemas como saúde, alimentação, trabalho, entre outros, para os mais pobres.

Outra questão apresentada em CAMARGO e GIAMBIAGI (1991), está relacionada as conseqüências do agravamento dos problemas sociais, que seriam um desafio para os governos, devido principalmente aos custos decorrentes para amenizar ou resolver esses problemas e por último os problemas das disparidades de renda, criando um ambiente propício para o aumento da violência, uma das características das grandes cidades brasileiras.

Apesar de todas essas questões, tanto os governos como a sociedade pouco fizeram para reduzir a desigualdade no decorrer dos anos oitenta, a qual no início da década já era extremamente elevada. A medida que ocorreu a democratização os grupos sociais organizaram-se para lutar pela solução de seus problemas e a questão da distribuição de renda e conseqüentemente a pobreza gerada, tomam caminhos políticos, diferentemente de períodos anteriores preocupados principalmente com a questão do crescimento econômico.

Segundo RAMOS (1993), os choques que atingiram os países em desenvolvimento em fins dos anos 70 e início dos 80, como os aumentos nos preços do petróleo, a deterioração dos termos de troca e políticas monetárias austeras por parte dos países industrializados, mudaram as prioridades na agenda econômica. O ajustamento estrutural para resolver o problema da crise no balanço de pagamentos tornou-se a principal preocupação das políticas de desenvolvimento econômico, deixando assim a questão da distribuição de renda fora da discussão e praticamente ignorada.

Os modelos concebidos sob a tutela do Fundo Monetário Internacional, tomaram o lugar de destaque no contexto econômico, dessa maneira, os pobres

arcaram com a maior parte dos custos gerados por esses programas de ajuste estrutural, sendo que uma das características do início dos anos oitenta, foi o aumento no grau de desigualdade dos países em desenvolvimento, como foi o caso do Brasil no período.

2.3 PRINCIPAIS TEORIAS SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Conforme SINGER (1978), em seu texto sobre desenvolvimento e repartição de renda no Brasil, o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro tem características próprias; devido à intervenção das economias capitalistas maduras. Aliado a isso a vasta extensão territorial, o excedente populacional não foi exportado, como ocorreu na Europa, reproduzindo no país formas pré-capitalistas de produção, além da elevada taxa de crescimento da população, deve-se lembrar que o Brasil em décadas anteriores era um país essencialmente agrícola.

Para SINGER (1978), existia uma relação entre a repartição de renda e o desenvolvimento gerado pela expansão do capitalismo, onde o motor deste seria a acumulação de capital a qual dependeria principalmente da repartição do produto entre necessário e excedente, ou seja, da taxa de exploração.

Segundo SINGER (1978), a repartição de renda não surgiria apenas através dos mecanismos econômicos, devendo ser levado em conta à dimensão política, a qual dita a maneira da repartição do produto; como por exemplo, as políticas, salarial, previdenciária, sindical, entre outras, ou pela apropriação do excedente ocorrendo através de políticas, sejam elas fiscais, de crédito de preços, etc. Dessa forma o avanço do desenvolvimento condiciona-se ao aumento da taxa de exploração, traduzindo-se em concentração de renda, aplicando-se em geral a economia capitalista. Porém, nos países industrializados o movimento operário tem conseguido barrar o aumento da exploração, impondo ao sistema a necessidade de avançar na inovação tecnológica, para compensar a elevação do custo da força de trabalho, com o aumento da produtividade. No Brasil todavia, esse processo é causador da geração

de camadas privilegiadas de assalariados, enquanto que a maioria dos trabalhadores permanece em condições mínimas de consumo.

De acordo com RAMOS e REIS (1991), o esforço de teorizar sobre a distribuição de renda esteve centrado em grande parte sobre a distribuição funcional de renda, ou seja, como os diversos fatores de produção: terra, trabalho, capital, etc. ou os grupos sociais detentores desses fatores se apropriam das parcelas da renda, contudo, com o avanço capitalista, a preocupação passou a ser pela distribuição pessoal da renda, através da sua divisão entre os indivíduos. Não deixando apesar disso, de existir uma inter-relação entre as duas formas de distribuição de renda.

Segundo RAMOS e REIS (1991), para um estudo sobre a pobreza e sua dimensão faz-se necessário verificar o processo de distribuição de renda em relação aos indivíduos, não bastando saber sua divisão entre os fatores, mas sim saber como a renda é dividida entre os trabalhadores, compreendendo-se quais as variáveis determinantes, para que se possa desenvolver políticas voltadas à redução da desigualdade e da pobreza.

Segundo RAMOS e REIS (1991), dentre as teorias sobre a distribuição pessoal de renda Existiriam duas teorias principais de pensamento nessa área; a teoria estocástica e a visão que relaciona rendas individuais a um conjunto de características dos indivíduos, decorrentes de suas habilidades.

As teorias chamadas estocásticas, sugerem que a assimetria da distribuição de renda seria gerada por uma série de movimentos aleatórios nas rendas individuais, todavia, essa linha de modelos oferece muito pouco em termos da compreensão do sistema distributivo, por ignorar a participação dos indivíduos na formação da sua renda, não fornecendo informações para o estudo da desigualdade.

Outra forma de analisar a distribuição da renda seria determinada pelas condições e oferta e demanda por um conjunto de características pessoais, onde o grau de desigualdade seria determinado pelas taxas de retorno e pela distribuição desses atributos na economia.

Uma dessas teorias, conhecida como teoria do capital humano, a qual tem dado ênfase ao papel da educação, obtendo-se a redução da desigualdade de renda através

de políticas que facilitassem o acesso da população ao sistema educacional. Uma outra teoria que surge como crítica a teoria do capital humano é a teoria conhecida como Escola Credencialista; essa escola defende que a educação formal por si própria, não provoca alterações na produtividade das pessoas; diferentemente da teoria do capital humano, em que a educação é vista como fonte para trabalhadores mais produtivos. Além dessas, temos os modelos de segmentação dos mercados de trabalho, a teoria dualista, os modelos de segmentação por empregos entre outros. Finalmente pode-se citar que a renda de um indivíduo pode ser determinada por sua riqueza inicial, pelas características da sociedade e pelas decisões tomadas ao longo do ciclo de vida.

Para os RAMOS e REIS (1991), portanto, a teoria do capital humano oferece uma explicação parcial da distribuição, visto não levar em conta a questão da riqueza pessoal e da transmissão de renda; pontos que deveriam ser levados em consideração, pois são partes determinantes do grau de desigualdade social, dado pela importância da riqueza para facilitar o acesso à educação ou permitir o aumento da taxa de poupança, entre outros. Dessa maneira percebe-se que existe uma tendência de que os ricos mantenham sua riqueza e os pobres sua pobreza.

2.4 AVALIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL 1960 – 1990

De acordo com WOOD e CARVALHO (1994), um dos aspectos que fomenta o debate sobre a desigualdade social dá-se pela relação existente entre o crescimento econômico, a distribuição de renda e os indicadores de qualidade de vida.

Pode-se avaliar a questão da equidade, através de medidas do nível absoluto de pobreza de modo amplo, incluindo a ausência de um nível mínimo de renda ou de satisfação das necessidades básicas, como educação saúde e nutrição; outra maneira de avaliar-se a igualdade poderia ser obtida levando-se em conta a distribuição de renda entre os subgrupos populacionais e não pelos níveis absolutos de recursos e facilidades.

Segundo WOOD e CARVALHO (1994), os dados relativos à distribuição de renda nos períodos compreendidos entre os anos 60 e 80 mostram o aspecto da alta concentração de renda, independente do ano em questão. Em 1960 os dois decis superiores (20% mais ricos) apropriavam-se em média de 55% da renda total. Os números relativos a 1970 e 1980 equivalem a 61,9% e 63,3% respectivamente, enquanto que os 40% inferiores, ou mais pobres, da população economicamente ativa detinham nos anos em questão, apenas 10% da renda total. Percebe-se a ampliação da desigualdade da renda, principalmente entre 1960 e 1970, nos anos 60 à parte da renda dos dois decis superiores aumentou 13%, enquanto a renda dos quatro decis inferiores diminuiu em 11,5%, ocorrendo o maior aumento entre os 10% mais ricos da população. Refletindo dessa forma no aumento do coeficiente de Gini, o qual de 0,497 em 1960, passou para 0,562 em 1970. Como esse coeficiente é uma medida síntese, variando entre zero e um; igualdade perfeita e desigualdade perfeita respectivamente, o aumento de 13% do coeficiente mostra a ocorrência de uma maior concentração de renda ao longo do período.

Em 1980 os dados indicam que o perfil da distribuição de renda tornou-se pouco mais concentrado, permanecendo praticamente estável, sendo o aumento da desigualdade pequeno em comparação aos valores obtidos entre 1960 e 1970, havendo um pequeno aumento do coeficiente de Gini que passou para 0,590 (WOOD e CARVALHO, 1994).

Segundo CASSEB (2004) a década de 80 foi marcada pela busca do ajuste externo através de vários caminhos. A crise do endividamento externo, aprofundada pelo segundo choque do petróleo, pela elevação dos juros internacionais, além da ruptura do mercado internacional de créditos voluntários, mostram a dependência e as barreiras externas impostas ao crescimento da economia brasileira. Sem financiamento o estado restringiu-se a atuações no sentido do ajuste com recessão ou com crescimento; contudo gerando uma inflação descontrolada, sendo a classe trabalhadora penalizada pelas medidas que levaram a queda de sua participação na renda relativamente.

Nos anos oitenta o PIB cresceu a taxa média de 2,9%, passando esta para a história como década “perdida”, no final dos anos oitenta a economia substitui a barreira externa ao crescimento econômico pela barreira inflacionária. (CASSEB, 2004).

Ao analisar a evolução da desigualdade de renda no Brasil desde 1960 BARROS e MENDONÇA (1995) concluem que a desigualdade não somente é elevada como também é crescente, sofrendo um processo contínuo de crescimento entre os anos 60 e 90, com o coeficiente de Gini passando de 0,50 em 1960 para 0,63 em 1990, onde as camadas mais pobres foram as que mais sofreram os efeitos do aumento da desigualdade.

Os dados acima, podem ser representados em uma curva conhecida como curva de Lorenz. Essa curva mostra a representação gráfica da distribuição de renda, que consiste em representar sobre o eixo horizontal o total em porcentagem dos destinatários da renda e sobre o eixo vertical a porcentagem das rendas recebidas no período; pode-se traçar uma linha ascendente a partir do ponto 0, com um ângulo de 45 graus que representaria uma distribuição de renda igualitária; onde o coeficiente de Gini seria muito próximo de zero. Dessa maneira a representação da renda real sobre esse gráfico mostra com se distribuem os diferentes grupos de pessoas em relação a essa distribuição ideal (SANDRONI 1999).

3 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA NO BRASIL

De acordo com BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2000), o Brasil confirma, nas últimas décadas, uma tendência de grande desigualdade na distribuição de renda e de altos níveis de pobreza, exposto ao desafio de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui uma grande parcela da população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania.

Segundo os autores, o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres, e os altos níveis de pobreza na sociedade decorrem principalmente da perversa desigualdade na distribuição de renda e nas oportunidades de inclusão econômica e social.

Na análise desses autores, a pobreza não possui uma definição universal, mas pode-se afirmar que refere-se principalmente a situações de carência, nas quais não se consegue manter um padrão mínimo de vida, estando assim relacionada com o contexto histórico referente a cada sociedade.

Utiliza-se como parâmetro a noção da linha de pobreza, a qual permite a uma dada sociedade considerar como pobres todos aqueles que se encontram abaixo do seu valor. Considera-se, dessa maneira, simplificada a pobreza na dimensão de insuficiência de renda, ou seja, existindo pobreza na medida em que se encontrem famílias com renda *per capita* inferior ao mínimo necessário para satisfazerem suas necessidades mais básicas, onde a magnitude da pobreza está relacionada ao número de pessoas vivendo em famílias com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza e a distância da renda *per capita* de cada família pobre em relação à linha de pobreza.

Os resultados referentes ao ano de 1999 mostram que cerca de 14% da população brasileira encontrava-se em famílias com renda inferior à linha de indigência¹, e 34% em famílias com renda inferior a linha de pobreza. Dessa forma,

¹ A linha de indigência, refere-se apenas a estrutura de custos de uma cesta alimentar, definida regionalmente, que contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo. A linha de pobreza é calculada como múltiplo da linha de indigência, considerando os gastos com alimentação como uma parte dos gastos totais mínimos, referentes, entre outros, a vestuário, habitação e transportes. (Barros, Henriques e Mendonça, 2000)

22 milhões de pessoas classificam-se como indigentes, e 53 milhões como pobres, como pode-se observar na Tabela 1.

TABELA 1 – EVOLUÇÃO TEMPORAL DA INDIGÊNCIA E DA POBREZA NO BRASIL

Ano	Indigência			Pobreza		
	Percentual de indigentes	Hiato médio da renda	Num. De indigentes (em milhões)	Percentual de pobres	Hiato médio da renda	Num. De pobres (em milhões)
1977	17,0	6,1	17,4	39,6	17,2	40,7
1978	21,8	10,2	23,2	42,6	21,0	45,2
1979	23,9	11,6	26,0	38,8	16,9	42,0
1981	18,8	7,2	22,1	43,2	19,5	50,7
1982	19,4	7,4	23,4	43,2	19,8	52,0
1983	25,0	9,8	30,7	51,1	24,5	62,8
1984	23,6	8,8	29,8	50,5	23,5	63,6
1985	19,3	7,1	25,1	43,6	19,7	56,9
1986	9,8	3,4	13,1	28,2	11,3	37,6
1987	18,5	7,2	25,1	40,9	18,7	55,4
1988	22,1	9,1	30,6	45,3	21,8	62,6
1989	20,7	8,5	29,3	42,9	20,6	60,7
1990	21,4	8,8	30,8	43,8	21,1	63,2
1992	19,3	8,6	27,1	40,8	19,7	57,3
1993	19,5	8,5	27,8	41,7	19,8	59,4
1995	14,6	6,0	21,6	33,9	15,3	50,2
1996	15,0	6,6	22,4	33,5	15,6	50,1
1997	14,8	6,3	22,5	33,9	15,4	51,5
1998	14,1	6,0	21,7	32,8	14,7	50,3
1999	14,5	6,1	22,6	34,1	15,4	53,1

FONTE: PNAD de 1977 a 1999, citado por BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA. In: HENRIQUES (2000, p. 24).

É possível observar na Tabela 1 que, nas duas últimas décadas, o grau de pobreza manteve um comportamento de relativa estabilidade, com duas variações pequenas, ocorridas nos momentos de implementação dos planos Cruzado e Real. Durante todo o período em análise, a percentagem de pobres passou de 40%, em 1977, para 34%, em 1999. (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000).

ARBACHE (2003) apresenta alguns fatos estilizados sobre a questão da pobreza e da desigualdade no Brasil:

- a) em 1999 o número de brasileiros considerados pobres era de 53 milhões, sendo 22,6 milhões de indigentes, ou seja, 34% da população total eram pobres e 14,5% eram considerados indigentes; do total de indigentes 45%

eram menores de 15 anos de idade. A população de até 15 anos de idade constituíam 30% do total. (ARBACHE, 2003)

- b) o desemprego cresceu de 4,5%, em 1990, para 11,4%, em 1999;
- c) nos últimos anos da década de 90, o volume de gastos sociais, no Brasil, chegou a 21% do PIB (incluindo gastos com a Previdência Social), porém menos de 25% dos gastos sociais são despendidos com as pessoas realmente pobres, sendo que a maior parte dos gastos é alocada a programas que atendem a classe média;
- d) os 10% benefícios previdenciários mais elevados; incluindo os do Instituto Nacional de Seguridade social (INSS) e os do setor público, apropriam-se de praticamente metade da massa de benefícios distribuídos, os quais consomem quase metade do orçamento social consolidado do Brasil;
- e) os índices de desigualdade de renda e de salários no Brasil estão entre os mais elevados do mundo, sendo os mais elevados da América Latina;
- f) os 10% mais ricos possuem próximo de 50% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres detêm menos de 10% da renda;
- g) os indicadores relacionados à distribuição de renda mantiveram-se elevados e praticamente estáveis ao longo das últimas décadas;
- h) mais de 80% da população mundial vive com renda per capita inferior à renda brasileira;
- i) a concentração da pobreza encontra-se principalmente nas áreas rurais, pequenas cidades e em estados do norte e nordeste do país.

3.1 COMPARAÇÃO DA DESIGUALDADE DE RENDA ENTRE O BRASIL E O MUNDO

Partindo-se de uma comparação internacional através do coeficiente de Gini, conforme BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2000), constata-se que apenas a África do Sul e Malavi possuem um grau de desigualdade superior ao do Brasil. O coeficiente de Gini do Brasil, estando próximo a 0,60, ou seja, no conjunto de 92

países, representa um padrão alcançado apenas por quatro países mais desiguais: Brasil, Guatemala, Malavi e África do Sul; do total de países informados, 40 possuem um coeficiente de Gini situando-se entre 0,30 e 0,40 (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000).

No que diz respeito à razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres, para 50 países, onde quanto menor for a razão entre essas rendas, melhor será a estrutura distributiva; essa medida revela uma razão com valor inferior a 10 para a maioria dos países. O Brasil é o que possui maior grau de desigualdade entre os países informados, com a renda média dos 10% mais ricos, representando 28 vezes a dos 54% mais pobres, distante de um padrão razoável, tratando-se de justiça distributiva (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000).

Comparando-se a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres para 45 países; o Brasil novamente encontra-se com o maior grau de desigualdade, sendo o único país a superar, entre os analisados, o alto valor de 30 (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000).

Os valores mostram a posição de destaque do Brasil, com grau de desigualdade entre os mais elevados do mundo. Constata-se que o elevado grau de desigualdade de renda brasileiro, está no centro da explicação do porquê do grau de pobreza no Brasil ser mais elevado do que em outros países com renda *per capita* semelhante.

3.2 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESIGUALDADE DE RENDA

A análise da evolução da desigualdade de renda no Brasil, com dados das últimas décadas, efetuada por BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2000), revela o elevado grau de desigualdade, sem tendência ao declínio. Conforme observa-se nas Tabelas 2 e 3, sendo o coeficiente de Gini observado, em 1999, de 0,60, próximo ao do início da série, em 1977, com valor de 0,62. Percebe-se, no decorrer do período, que o grau de desigualdade é bastante estável, com uma flutuação, no final dos anos oitenta, chegando o coeficiente de Gini, em 1989, a 0,64, e os 10%

mais ricos apropriaram-se de uma renda média cerca de 30 vezes superior a dos 40% mais pobres. Enquanto que a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres chegou ao múltiplo de 35 no mesmo ano.

TABELA 2 – EVOLUÇÃO TEMPORAL DOS INDICADORES DE DESIGUALDADE DE RENDA

Ano	Coefficiente de Gini	Índice de Theil	Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres
1977	0,62	0,91	27,5	26,8
1978	0,60	0,74	31,3	25,0
1979	0,60	0,74	32,9	25,2
1981	0,59	0,69	24,0	21,8
1982	0,59	0,71	25,6	23,0
1983	0,60	0,73	25,7	23,5
1984	0,59	0,71	23,6	22,4
1985	0,60	0,76	25,5	23,6
1986	0,59	0,72	24,0	22,1
1987	0,60	0,75	27,6	24,4
1988	0,62	0,78	30,9	27,2
1989	0,64	0,89	34,3	30,4
1990	0,62	0,78	31,2	26,9
1992	0,58	0,70	26,7	21,8
1993	0,60	0,77	28,8	24,5
1995	0,60	0,73	28,0	24,1
1996	0,60	0,73	29,8	24,6
1997	0,60	0,74	29,2	24,5
1998	0,60	0,74	28,6	24,2
1999	0,60	0,72	27,2	23,3

FONTE: PNAD de 1977 a 1999, citado por HENRIQUES (2000, p. 39).

Percebe-se, na Tabela 2, que durante a década de 90, o grau de desigualdade sofreu um declínio pouco relevante no começo da década, entre 1989 e 1992. Tratando-se de Plano Real, os dados mostram que o mesmo não teve qualquer impacto sobre a redução no grau de desigualdade. Mesmo com a pobreza tendo sofrido uma redução, o grau de desigualdade encontrado nos anos posteriores ao Plano Real é similar ao valor observado em 1993, mantendo-se estável, todavia superior ao valor de 1992. Dessa maneira, constata-se que o grau de desigualdade observado em 1999 e durante o plano real situa-se entre os mais elevados das últimas décadas e apenas um pouco inferior aos valores do final dos anos 70 e 80 (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000).

A avaliação dos indicadores relativos ao período 1977/99 revela, principalmente, independentemente das pequenas flutuações notadas na desigualdade, a grande estabilidade da intensa desigualdade de renda presente na sociedade brasileira ao longo de todo esse período.

Segundo os autores supracitados, a perversa estrutura da distribuição de renda no Brasil pode ser traduzida em números nada frios que significam muito. O coeficiente de Gini, com pequenas variações, mantém-se no incomodo patamar de 0,60. Durante as duas décadas analisadas, percebe-se um cenário de concentração de renda onde os indivíduos, que se encontram entre os 20% mais ricos, se apropriam de uma renda média, situada entre 24 e 35 vezes superior aos 20% mais pobres, os 10% mais ricos detêm uma renda que varia entre 22 e 31 vezes acima do valor obtido pelos 40% mais pobres da população brasileira. A magnitude desses valores torna-se mais evidente, verificando-se os valores constantes no início deste capítulo, correspondentes aos diversos países da comunidade internacional.

TABELA 3 – EVOLUÇÃO TEMPORAL DA DESIGUALDADE DE RENDA

Ano	Percentagem da renda apropriada pelas pessoas					
	20% mais pobres	40% mais pobres	50% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	1% mais ricos
1977	2,4	7,7	11,7	66,6	51,6	18,5
1978	2,1	7,6	12,0	64,1	47,7	13,6
1979	1,9	7,5	11,9	64,2	47,6	13,4
1981	2,6	8,6	13,0	63,1	46,7	12,7
1982	2,5	8,2	12,6	63,7	47,3	13,1
1983	2,5	8,1	12,4	64,4	47,7	13,5
1984	2,7	8,5	12,8	63,8	47,6	13,2
1985	2,5	8,2	12,4	64,4	48,2	14,2
1986	2,6	8,5	12,9	63,4	47,2	13,8
1987	2,3	7,9	12,1	64,3	48,0	14,1
1988	2,1	7,3	11,3	66,0	49,7	14,4
1989	2,0	6,8	10,5	67,8	51,7	16,4
1990	2,1	7,3	11,3	65,6	49,1	14,2
1992	2,3	8,4	13,1	62,1	45,8	13,2
1993	2,2	7,9	12,3	64,5	48,6	15,0
1995	2,3	8,0	12,3	64,2	47,9	13,9
1996	2,1	7,7	12,1	64,1	47,6	13,5
1997	2,2	7,8	12,1	64,2	47,7	13,8
1998	2,2	7,9	12,2	64,2	47,9	13,9
1999	2,3	8,1	12,6	63,8	47,4	13,3

FONTE: PNAD de 1977 a 1999, citado por HERIQUES (2000, p. 40).

Verificando-se a relevância da relação entre as rendas auferidas pelos segmentos situados nos extremos de uma sociedade como um parâmetro econômico de justiça social, os valores expostos não deixam de perturbar quem analisa esses dados. Por último, percebe-se na Tabela 3 que os indivíduos que se situam entre os 10% mais ricos da população apropriam-se praticamente de 50% do total da renda das famílias; na outra ponta, os 50% mais pobres detêm, durante todo o período, pouco mais de 10% da renda. Nota-se também que os 20% mais pobres apropriam-se apenas de cerca de 2% da renda total. Por último, o grupo composto por 1% mais rico da sociedade concentra uma parcela superior à apropriada pela soma do total dos 50% mais pobres. Em síntese, vive-se em uma sociedade com uma perversa simetria social, onde 1% da população mais rica detém uma parcela da renda superior à apropriada por metade de toda a população brasileira, e as pessoas que compõem o grupo dos 10% mais ricos, apropriam-se de 50% do total da renda das famílias, enquanto que os 50% mais pobres detêm cerca de 10% da renda (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000).

Esses valores e esse patamar de desigualdade surpreendem por sua intensidade e estabilidade, mantendo-se inerte, resistindo às mudanças conjunturais e estruturais das últimas décadas e atravessando o período do regime militar, governos eleitos por via democrática e várias etapas e formas de política econômica e crises políticas, econômicas e internacionais, mantendo esse padrão praticamente inalterado.

3.3 CAUSAS E DETERMINANTES DA DESIGUALDADE DE RENDA

De acordo com FERREIRA (2000), em termos gerais, podem ser citadas como causas de uma distribuição desigual de renda, as pertencentes a pelo menos cinco grupos de fatores, conceitualmente distintos, primeiramente destaca-se a existência de diferenças entre os indivíduos no que se refere a suas características natas, como gênero, raça, inteligência e riqueza inicial, onde algumas dessas características podem ser observáveis, como por exemplo a riqueza inicial.

No segundo grupo de fatores, pode-se citar a existência de diferenças entre os indivíduos pelas suas características individuais adquiridas, como a experiência profissional e o nível educacional, entre outras.

No terceiro grupo encontram-se os fatores que dizem respeito aos mecanismos pelos quais o principal meio de transformação das características individuais em renda, o mercado de trabalho, age sobre os dois grupos de características citados e transforma as mesmas em diferenças no rendimento do trabalho. Esse grupo divide-se em três canais distintos conceitualmente, que são os seguintes:

- a) por discriminação, ou seja, a diferença de remuneração entre dois postos de trabalho idênticos, com trabalhadores com nível de produtividade semelhantes, baseando-se em alguma característica observável do trabalhador, a qual o efeito sobre a produtividade da combinação de posto e trabalhador seja nula. Das características observáveis que podem gerar tal discriminação, as principais são a raça e o gênero do trabalhador;
- b) por segmentação, onde a diferença de remuneração entre dois postos de trabalho distintos, com trabalhadores idênticos, dados pelas características do posto de trabalho, apesar das combinações de posto e trabalhador serem idênticas. Dessa forma diz-se ocorrer segmentação regional quando dois postos, também iguais, com trabalhadores iguais, porém gerando remunerações diferentes em diversas regiões do país e, analogamente, entre segmentos formais e informais do mercado de trabalho ou para segmentação setorial;
- c) projeção, canal de transmissão do mercado de trabalho que se refere à geração de retorno as características observadas do trabalhador, decorrente do posto de trabalho; dessa maneira o perfil salarial da educação projeta anos de escolaridade no espaço renda, o da experiência projeta anos de experiência profissional no espaço renda. Sendo a projeção completa multidimensional, onde a renda está relacionada a todas as características observáveis do trabalhador, para que gere seu salário real, os perfis

unidimensionais devem, portanto, ser entendidos como um mapa da derivada parcial da característica observada.

Segundo FERREIRA (2000), o quarto grupo de fatores que contribui para uma distribuição desigual de renda está relacionado ao segundo grande grupo de mercados de fatores de produção, que são os mercados de capitais, em virtude de que esses mercados seriam imperfeitos e apresentem, por exemplo, segmentação no acesso ou no preço do crédito ou de apólices de seguros, visto que esses fatores podem determinar a inserção pessoal em diferentes ocupações produtivas, pois as imperfeições desses mercados afetam também a geração de renda e conseqüentemente sua distribuição.

O quinto e último fator indicado como causa da desigualdade de renda é basicamente o fator demográfico. Inclui decisões de formação de domicílio, de fertilidade e de coabitação ou separação domiciliar, considerados, assim, como importantes fatores para a determinação da renda familiar per capita.

Para o autor supracitado, a desigualdade origina-se de vários determinantes ou fatores, como os individuais, familiares e institucionais. Suas causas em qualquer sociedade, são variadas e complexas, devendo-se procurar entendê-las e buscar uma compreensão; isolando aquelas cujos efeitos sobre a desigualdade sejam os principais. Deixando essa tarefa de ser apenas uma curiosidade acadêmica, na medida em que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo e essa desigualdade parece exercer efeitos negativos sobre a economia como um todo.

3.4 CONCENTRAÇÃO DE RENDA E CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA

De acordo com BENJAMIN (1998), a pobreza e a desigualdade existentes no Brasil não são compatíveis com a capacidade produtiva adquirida pela sociedade. Quase 40% da população urbana brasileira vivem abaixo da linha de pobreza, a qual não decorre necessariamente da inserção profissional das pessoas em atividades de baixa produtividade, encontrando-se pobres espalhados por quase todos os setores e

segmentos da economia, e o país encontra-se atrás de países mais pobres e mais frágeis no que diz respeito ao desenvolvimento econômico.

Quando avalia-se a concentração da riqueza, ou seja, a riqueza encontrada sob a forma do estoque de bens, fábricas, habitações, terras, etc., percebe-se que essa concentração torna-se maior ainda do que a concentração de renda. Os dados disponíveis mostram que 1% dos brasileiros possuem cerca de 53% do estoque da riqueza do país, conforme Tabela 4.

TABELA 4 – RIQUEZA ESTIMADA, BRASIL, 1989

	Total US\$ bi	1% mais ricos US\$ bi	%
Ativos físicos			
Terras	271	170	62,7
Imóveis rurais	205	129	62,9
Imóveis urbanos	365	92	25,2
Total	841	391	46,5
Ativos financeiros			
Moeda	9	3	33,3
Dep. Em poupança	45	19	42,2
Títulos federais	62	44	72,0
Outros	12	11	90,0
Total	128	77	60,2
Patrimônio líquido de empresas privadas	201	171	85,1
Bens de consumo duráveis	49	8	16,3
Total	1.219	647	53,1

FONTE: GONÇALVES, R. citado por BENJAMIN et al. (1998, p. 192).

Fica evidente assim que as questões relacionadas à pobreza e à desigualdade não estão ligadas apenas a renda gerada pelo fluxo monetário atual, mas também se voltam a questão da criação da riqueza, no passado, a maneira como a mesma permaneceu e à sua apropriação no decorrer do tempo. O grau de concentração dessa riqueza se acelera quando trabalha-se com um grupo social inferior a 5% da população, o que mostra, segundo BENJAMIN (1998), que os pobres e os remediados brasileiros perdem longe para os pobres e remediados dos países desenvolvidos, mas os ricos brasileiros não perdem para os ricos desses países (BENJAMIN 1998).

Quando comparam-se os dados dos censos demográficos de 60,70, 80 e 91, constata-se que os níveis de concentração de renda e de riqueza são crescentes em

todo o período que atravessa esses censos. Cita-se, como exemplo, a renda dos 10% mais ricos, que, em 1960, era 34 vezes maior que a dos 10% mais pobres, passando para 40 vezes, em 1970, para 47, em 1980, e atingindo o número de 78 vezes no censo de 1991. conforme Tabela 5 (BENJAMIN, 1998).

TABELA 5 – EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

Ano	Índice de Gini	10+/10-
1960	0,50	34
1970	0,56	40
1980	0,59	47
1990	0,63	78

FONTE: BENJAMIN et al. (1998, p. 197).

Demonstra-se, dessa forma, uma tendência de longo prazo, que aparenta ser imune ao ciclo econômico e à atuação das instituições políticas. Durante esses períodos enfrentam-se diferentes experiências, tanto relacionadas ao esquema político-institucional, como democracia, regimes militares, redemocratização, quanto aos ciclos econômicos, recessão, reestruturação, milagre e estagnação.

A norma geral indica que quando se enfrenta um período econômico de recessão, a renda se concentra; quando a economia entra em expansão, a renda também se concentra. Em síntese, “temos um perfil altamente concentrado de distribuição de renda e riqueza, essa concentração chega ao paroxismo no topo da escala e tende a agravar-se no tempo” (BENJAMIN, 1998, p. 92).

4 DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NA DÉCADA DE 90

Após as considerações feitas nos capítulos anteriores, sobre a distribuição de renda, seu padrão histórico e os valores do índice de Gini; neste capítulo trata-se especificamente do período compreendido a partir de 1990. O capítulo apresenta alguns dados sobre o período, marcado pela busca dos governos da estabilidade econômica e não havendo preocupação com a questão da distribuição de renda. Por último apresenta-se um apanhado de políticas para a redução das desigualdades.

4.1 CONTEXTO INTERNACIONAL

Segundo CHESNAIS (1996, p.15). “é na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações, mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza”.

De acordo com o autor, principalmente durante a década de oitenta e nos anos noventa, a dinâmica da esfera financeira e seu constante crescimento têm sido um dos fenômenos marcantes da economia em âmbito mundial.

A ascensão do capital financeiro foi seguida do retorno de formas agressivas do aumento da produtividade, iniciando-se pela produtividade do trabalho, com base nas modalidades clássicas de apropriação de mais-valia, sem qualquer preocupação com os efeitos sobre o nível de emprego, ou seja, o aumento drástico do desemprego, ou com os mecanismos viciosos da conjuntura através de altas taxas de juros.

De acordo com o autor supracitado, o termo “mundialização do capital” é a mais correspondente expressão da substância do termo em inglês “globalização”, seja na esfera produtiva ou na esfera financeira. Aplicando-se a economia mundial, pelas relações políticas, de dependência e de dominação entre Estados.

A chamada mundialização do capital e a pretensão desta de dominar a totalidade do movimento de capitais não inviabilizam a existência de Estados nacionais, porém acentuam-se os fatores de hierarquização entre os países, alargando-se a distância que separa os países participantes da dominação política e econômica

do capital monetário e dos que são atingidos por essa dominação, acompanhada também de mudanças nas relações políticas, as quais passam a ser vistas como relações internas as burguesias imperialistas.

Nesse contexto os EUA tem um grande peso, não devido apenas ao fim da União Soviética, mas decorrente da sua posição no plano do capital financeiro superior, a posição que ocupa no plano industrial.

Segundo CHESNAIS (1996, p. 19),

O fato de os Estados Unidos serem a fonte principal do parasitismo financeiro, que está gangrenando o capitalismo mundial, não os impede de imporem sua hegemonia por todos os meios ao seu alcance. Os conflitos entre burguesias são, por definição, conflitos que se dão no terreno do apego comum ao regime da propriedade privada, por isso sua forma mais acabada e também mais freqüente, sempre foi militar (CHESNAIS 1996 p. 19).

Como nenhum Estado pode confrontá-los militarmente, nem questioná-los quanto ao sistema de propriedade dos meios de produção, os Estados Unidos possuem uma situação sem precedentes na história. São eles que impõem as regras, por sua posição, no Fundo Monetário Internacional (FMI) e na Organização Mundial do Comércio (OMC), com poderes de intervenção; impõem políticas de desregulamentação e liberalização aos países mais fracos e os posicionamentos menos formais, que ordenam o relacionamento interno ao oligopólio mundial, com grande peso desse fator para os países da América latina, principalmente para o México e para o Brasil, condicionando as políticas interna e externa das classes dirigentes.

4.2 A ÉPOCA DA GLOBALIZAÇÃO

De acordo com IANNI (1997), o globalismo é um produto de múltiplos processos sociais, políticos, culturais e econômicos, em geral definidos no conceito de “globalização”, com forças que nascem com o início do capitalismo, outras com o imperialismo e com o colonialismo, existindo raízes do globalismo antigas e outras que surgem com a guerra fria e desenvolvem-se com a dissolução de regimes socialistas.

O globalismo, em uma análise preliminar, diz respeito a uma realidade articulada em âmbito global e emerge de forma mais evidente no final do século XX, com a queda do muro de Berlim, em 1989, e do término do mundo bipolarizado entre capitalismo e comunismo, sendo visto como condição e produto de uma mudança histórica de amplas proporções.

Segundo IANNI (1997), é no contexto do globalismo que o chamado liberalismo se transforma em “neoliberalismo”. Ditado principalmente pela nova divisão transnacional do trabalho e da produção, a articulação cada vez maior dos mercados nacionais em mercados regionais e por último em um mercado mundial, a criação de redes de informática, a expansão e os desenvolvimentos dos meios de comunicação, o avanço das empresas transnacionais e o surgimento e o avanço de organizações multilaterais. Tudo servindo para expandir as bases sociais e polarizações de interesses expressados no neoliberalismo.

Segundo o autor, as propostas e interpretações que resumem a ideologia neoliberal seriam as seguintes:

Reforma do estado, privatização de empresas governamentais produtivas e lucrativas, desestatização da economia, abertura de mercados, redução de encargos sociais relativos aos assalariados por parte do poder público e das empresas ou corporações privadas, informatização de processos decisórios, produtivos, de comercialização entre outros, busca de qualidade total, intensificação da produtividade e da lucratividade da empresa ou corporação nacional e transnacional. (IANNI 1997, p. 280-281).

Esses objetivos e meios, inspirados no neoliberalismo, impregnam tanto as práticas das corporações quanto as práticas de governos e organizações multilaterais, além de se fazerem presentes no ambiente intelectual.

Têm sido considerados como principais guardiões do receituário e das práticas neoliberais em todo o mundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), nova versão do Acordo Geral de Tarifas e Comercio (GATT), como três guardiões do neoliberalismo, ou a santíssima trindade do capital, segundo o autor, assim como um Deus.

O neoliberalismo revela como se desenvolve a globalização pelo alto, ou seja, de cima para baixo, privilegiando-se a grande corporação privada, o mercado livre das restrições políticas, sociais ou culturais. A produtividade, o lucro e tecnificação dos processos de trabalho e produção. A chamada “mão invisível” estaria cada vez mais ativa, os ideais do neoliberalismo são vários, “nova ordem econômica mundial”, “fim da história”, “aldeia global”, etc. partes do discurso ideológico sobre o qual agravam-se as desigualdades e contradições.

4.3 ANOS 90 E O PERÍODO FHC

De acordo com CASSEB (2004), os anos noventa mostram alguns movimentos estruturais de suma importância, estimulados inclusive, pelo início do Plano Collor, como o aumento do desemprego e o declínio da taxa de crescimento do PIB.

Com a introdução do Plano Real, em 1994, esses movimentos intensificam-se. Dessa forma a distribuição de renda e o crescimento econômico ganham maior relevância, devido a piora de seus desempenhos, decorrentes da política econômica que agravou a queda da atividade econômica e do nível de emprego.

Segundo CASSEB (2004), tornava-se óbvia a necessidade da queda da taxa de inflação, na época, apesar disso, para a manutenção da estabilidade monetária, é fundamental que ocorra o desenvolvimento econômico do país, ocasionado pela sua produtividade, distribuição de renda e nível de emprego.

Segundo a autora supracitada, as políticas econômicas orientadas a sustentar o Plano Real implicaram no benefício da estabilização monetária, mas em contrapartida, trouxeram, na sua formulação, a armadilha do câmbio fixo e valorizado, impondo dessa maneira ao país que o ajuste do desequilíbrio externo, decorrente disso, ocorresse através de altas taxas de juros, levando ao declínio na taxa de investimento, a drástica redução no nível de emprego e ao declínio do nível de atividade.

Segundo CASSEB (2004), em relação ao setor público, houve um alto crescimento da dívida interna devido às altas taxas de juros praticadas; como consequência gerou-se um déficit público altíssimo. O governo financiou esta dívida com papéis pós-fixados e com mecanismos de correção cambial, favorecendo a propagação de insegurança ao capital financeiro, implicando assim em um aumento do custo do serviço da dívida interna da ordem de 23 bilhões de dólares ao ano. O câmbio valorizado serviu para acentuar a queda da participação do Brasil no comércio mundial. Tornando-se muito arriscado para o país a crença do governo de que o déficit do balanço de transações correntes seria continuamente financiado pelo resto do mundo.

De acordo com BELLUZO e ALMEIDA (2002), a adoção do Plano Real não se tratava apenas de uma forma de obter a estabilidade de preços, através da utilização da “âncora cambial”, mas, sim, de um objetivo mais amplo, ou seja, de um projeto de desenvolvimento liberal que supunha a rápida convergência das estruturas produtivas e da produtividade da economia brasileira, direcionadas aos padrões modernos e competitivos das economias avançadas.

Segundo os autores supracitados, essa estratégia de desenvolvimento, de modo geral ligada às recomendações do “Consenso de Washington” e adotada por diversos governos latino-americanos, apoiava-se em quatro pressupostos: a estabilidade de preços; a abertura comercial e a valorização cambial; as privatizações e o investimento estrangeiro e por último a liberalização cambial.

Segundo CASSEB (2004), a política econômica exercida pelo governo FHC foi voltada para o movimento especulativo mundial, que se intensifica devido às demandas de expansão do capital internacional, colocando assim o país em uma forte recessão, a qual foi tão forte que mesmo com a mudança do sistema cambial, em 1999, aliada a uma desvalorização nominal do câmbio, não implicou no aumento da inflação, refletindo, dessa maneira, a forte retração da demanda agregada e o grande empobrecimento do país, principalmente dos assalariados.

De acordo com CASSEB (2004), O governo procurava afirmar que a política econômica praticada estava voltada aos interesses dos trabalhadores, na medida que a

redução da inflação poderia propiciar ganhos no salário real. Sabe-se que o controle da inflação é necessário, pois o imposto inflacionário é um meio de transferência de renda dos pobres para os ricos, todavia o único ano em que se verifica uma pequena melhora na massa de salário real, foi o de 1995, devido ao efeito imediato da estabilidade monetária. A partir de 1996, com a grande queda do nível de emprego e o declínio da massa de salário real, percebe-se uma piora na distribuição de renda, seja a distribuição de renda pessoal, seja a funcional.

CASSEB (2004) observa que a década de 90 foi marcada pela desestruturação no setor industrial, que inicia sua expansão no governo Collor, com a exposição da economia brasileira à concorrência externa, causando um forte impacto sobre o emprego, sendo esse movimento uma das expressões da ampliação dos domínios do capital global e sua expansão, concentração e centralização em nível mundial e, inclusive, de ampliação e intensificação das relações mercantis. Transformam-se, assim, segmentos de mercados nacionais em mercado global, acompanhado dos conflitos e contradições que surgem com esse movimento, principalmente a intensificação do desemprego e a expansão do processo de concentração de renda.

Sobre este cenário, impõe-se o Plano Real. Intensificando-se as tendências de desestruturação econômica, intensifica-se a queda do emprego e da massa salarial, o desequilíbrio das contas públicas e o déficit externo. Todos esses efeitos causaram o declínio do crescimento econômico e da renda nacional. Durante a década de 90, o crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 1,76% (CASSEB, 2004). Verifica-se principalmente nos últimos anos da década de 90, a queda do PIB, dados os elevados déficits internos, causados, principalmente pelo câmbio sobrevalorizado e a conseqüente alta da taxa de juros; reduz-se o crescimento da atividade econômica, com vistas a diminuir as importações, decorrente dos déficits externos alarmantes.

Juntamente com as taxas de juros elevadas e a moeda doméstica ancorada no dólar, o Plano Real procurava atrair capital estrangeiro para financiar a balança de transações correntes. Porém os recursos externos não chegaram ao setor produtivo da maneira necessária para que o investimento líquido crescesse, e produzisse riqueza nova. Os investimentos estrangeiros diretos não teriam sido desprezíveis, mas

basicamente foram voltados para aquisição de patrimônios nacionais, estatais e privados, aumentando o grau de desnacionalização da economia.

A queda da taxa de crescimento da atividade econômica, aliada ao aumento das importações de bens de capital, no período, contribuiu para a drástica redução do nível de emprego, onde os ganhos de produtividade estavam longe de compensar as perdas de competitividade externa. Segundo CASSEB (2004), as transferências de renda, que antes ocorriam via inflação, passaram a operar via taxa de juros.

A taxa de juros nacional, praticada nos últimos anos da década, implicou numa maior rentabilidade da especulação sobre a rentabilidade do setor produtivo, gerando uma transferência de renda dos salários, para os lucros, na economia interna e desta para o exterior.

Segundo BENJAMIN (1998), o plano Real não produziu uma inversão do perfil de concentração de renda no Brasil. De acordo com esse autor, tornava-se óbvio que quando se sai de uma inflação de 50% ao mês para um nível inflacionário de 1% ou 2%, ocorresse um efeito positivo sobre a renda, que se projeta pelos meses subseqüentes, contudo, isso ocorre apenas uma vez, sendo praticamente uma conseqüência do plano e não algo que lhe fosse orgânico. De acordo com o autor, a dinâmica do modelo implantado é fortemente concentradora, pois a renda não pode se desconcentrar, na presença de baixo crescimento econômico, elevação do desemprego e altas taxas de juros.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a participação dos rendimentos dos assalariados para a formação da renda nacional, que em 1990 era de 45%, em fins de 1996 atingiu 38%. Enquanto que juros, lucros e aluguéis, passaram de 33% para 41% no mesmo período. O pior decorre de que essa transferência de renda nem mesmo serviu para o aumento do investimento, que reduziu sua participação no PIB de 20,6%, em 1990, para 16,2%, em 1996. Desta forma a concentração de renda operou basicamente como um mecanismo concentrador do consumo (IBGE citado por BENJAMIN 1998, p. 92).

De acordo com a revista CARTA CAPITAL (out. 2003), durante o plano de estabilização do governo Fernando Henrique Cardoso, as autoridades econômicas dos

EUA e do Fundo Monetário Internacional (FMI) persuadiram as economias frágeis do mundo – incluindo o Brasil – a liberalizar seu mercado financeiro, generalizando assim crises financeiras e monetárias, que inibiram o investimento nos países afetados, elevaram o custo de suas dívidas e forçaram a maior parte do mundo a acumular reservas cambiais, investindo nos EUA e invertendo o fluxo de recursos que a globalização supostamente traria aos países emergentes.

O que se descreveu acima, não seria tão ruim se a concentração de renda não tivesse se agravado.

O Brasil, em 1960, tinha um índice de Gini de 0,497. Em 1970, o mesmo índice havia saltado para 0,565 e desde o Milagre Econômico, tem oscilado entre 0,60 e 0,64. Ao contrário do que se esperava a partir da implantação do Plano Real em 1994, as medidas neoliberais adotadas não tiveram efeito substancial e positivo sobre a concentração de renda no país. Em 2000, o Índice de Gini estava em torno de 0,61 (CARTA CAPITAL, out. 2003).

Nos anos do governo FHC, falava-se da melhora do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e da queda dos índices de analfabetismo e mortalidade infantil. Ocorreram melhoras, mas devem ser analisadas em um contexto internacional, ou seja, os índices de educação e saúde sofreram melhoras em quase todo o mundo e o Brasil não foi destaque nesses indicadores.

De acordo com a citação da revista CARTA CAPITAL (out. 2003, p. 30), “enquanto os economistas do mercado financeiro nos ensinavam que fazer a lição de casa é cortar as despesas públicas e pagar os juros da dívida em dia, o ensino brasileiro levava bomba. Está a 50 anos de recuperação, sem poder se orgulhar dos resultados. A muito custo a taxa de analfabetismo do Brasil (14,8% em 2000) conseguiu ser reduzida para algo menor que a média mundial”. Porém, além de alfabetizar menos, teve pior qualidade do que a maioria dos países do mundo.

Segundo ARBACHE (2003), o período compreendido entre o início do governo Collor, em 1990, até o final do primeiro governo FHC, em 1998, foi marcado por tímidas ações ativas de combate a pobreza. As políticas neoliberais do período e a política de manutenção da estabilidade inflacionária dominaram a ação

das políticas econômicas, em que as políticas ditas neoliberais eram vistas como condição para redução da pobreza e promoção do crescimento. Por conta disso, as políticas sociais do governo FHC e do período do plano real foram incipientes.

De acordo com o autor, a justificativa principal para a introdução de políticas econômicas neoliberais, nos anos 80 e 90, no Brasil, era, entre outras, de que as reformas corrigiriam as distorções dos mercados, causadas por políticas protecionistas e regulamentações que beneficiavam os industriais e as classes altas. O argumento seria de que a introdução de políticas, como a abertura comercial, trariam maior eficiência econômica e o aumento do comércio, gerando assim mais empregos e a conseqüente redução da desigualdade e da pobreza nos países em desenvolvimento que aderissem a tais políticas; todavia, de acordo com ARBACHE (2003), a literatura empírica não comprova essa hipótese, pois não apenas no Brasil, mais em vários países em desenvolvimento em que foram introduzidas políticas liberais, alinhadas ao “Consenso de Washington”, não se verificou a redução do desemprego e da desigualdade de renda. Ao contrário, os resultados demonstram que a desigualdade manteve-se estagnada e o desemprego elevou-se, observando-se também o substancial crescimento de atividades informais e a piora nas relações e condições de trabalho, resultantes dos processos conhecidos como terceirização, subcontratação, instalação de “maquiladoras”² entre outros.

4.4 EXPERIÊNCIA E PROPOSTAS DE POLÍTICAS PARA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Segundo o professor Jose Luís Fiori em entrevista a revista CARTA CAPITAL (out. 2003), o longo período de experiência capitalista demonstra que o sistema entregue às leis do mercado é pauperizante e concentrador, onde o capitalismo não leva automaticamente à distribuição.

² Empresas que se situam em locais próximos das fronteiras de um país, onde se montam produtos, com componentes e peças vindos do país vizinho com vantagens obtidas de mão-de-obra barata. (SANDRONI, 1999).

De acordo com o professor, a lição dos casos onde houve convergência da riqueza e da renda, seja entre as classes ou entre as nações, foi onde ocorreram vários tipos de intervenção estatal ou de restrições ao livre funcionamento dos mercados; além de uma orientação estratégica adotada pelas elites e pelos governos desses países. Nos países em que isso ocorreu, houve uma orientação dos Estados, governos e elites econômicas; através de políticas econômicas que ocupavam o objetivo principal, do emprego e do aumento de salário, políticas de produção de alimento barato, estratégicas e permanentes; políticas de oferta de bens e serviços públicos universais, principalmente; saúde, habitação, educação, transporte e por último a realização de reformas agrárias no seu devido tempo.

De acordo com ARBACHE (2003), as políticas de combate à pobreza, efetuadas nas últimas décadas no Brasil, foram predominantemente assentadas em sua maioria na forma de políticas compensatórias e assistenciais, do que em políticas efetivamente sustentáveis. A elevada concentração da renda no Brasil é uma das principais causas da estabilidade da pobreza no país, e uma melhor distribuição dos ativos poderia acelerar a redução da miséria e da pobreza; através de medidas ativas de combate a pobreza via integração dos mercados dos pobres e da inclusão dos mesmos com o restante da economia.

Segundo HENRIQUES (2000), a elaboração de políticas de redistribuição de renda e de combate à pobreza não implica em uma tarefa simples; pobreza e desigualdade são dimensões distintas, embora sejam confundidas. Requerem, assim, soluções diferenciadas, complexas e múltiplas.

Para esse autor, o Brasil não é um país pobre, mas um país injusto, podendo-se enfrentar o problema da pobreza; para que isso ocorra faz-se necessário que os recursos cheguem aos pobres, através da focalização dos gastos sociais como papel central da formulação de políticas. Deve-se avaliar de forma permanente os programas sociais brasileiros e os do exterior, para entender os avanços e limites relacionados à formulação desses programas, e assim, reformular continuamente tais programas, para que sejam eficientes e eficazes na sua implementação e atendam aos critérios de justiça.

De acordo com HENRIQUES (2000), do ponto de vista estrutural, percebendo-se a desigualdade como principal fator do alto nível de pobreza do país, deve-se conceber além dos programas compensatórios; focalizados no horizonte de curto prazo; programas estruturais redistributivos, voltados a uma intensa redistribuição de ativos na sociedade; redistribuição de terra, de renda e de riqueza; acesso ao crédito e a educação de qualidade, como pilares de uma política estrutural de redução da desigualdade e a conseqüente erradicação da pobreza.

Para BRESSER-PEREIRA (2002), no plano político econômico, deve ocorrer uma política clara de distribuição de renda. Segundo esse autor, a concentração existente no Brasil prejudica a união social e reduz a produtividade do trabalho, dessa maneira uma firme política de distribuição seria, além de uma resposta à incoerente distribuição que se agravou no Brasil nos últimos trinta anos, também uma maneira efetiva da promoção do desenvolvimento econômico.

De acordo com esse autor, deve-se buscar a distribuição de renda através de políticas sociais de gastos com saúde e educação; e uma política de "welfare" como renda mínima, auxílio desemprego e previdência básica; com financiamentos derivados principalmente pelos ganhos advindos das reformas institucionais e da taxaço dos mais ricos.

5 CONCLUSÃO

Através dos dados e análises constantes nos capítulos abordados, verifica-se a importância do tema da distribuição de renda para o avanço no debate dos problemas nacionais, cujas soluções são cruciais para a busca do desenvolvimento econômico e sustentável do país.

Conforme apresentado, o país possui um padrão de distribuição de renda extremamente desigual e concentrador; não existindo preocupação dos governos com o problema durante as últimas décadas. Percebe-se também a ligação entre o problema da distribuição de renda e a pobreza.

Os valores do índice de Gini apresentados, demonstram o elevado grau de concentração de renda vigentes em nossa sociedade; superior a países mais pobres; sendo este um problema que deve fazer parte da agenda dos nossos governos, na medida em que deseja-se avançar na busca de um desenvolvimento econômico sustentável.

Verifica-se que as diferentes teorias sobre distribuição de renda, não explicam o caso brasileiro. Devido a sua complexa e extrema desigualdade; faz-se necessário um estudo mais detalhado das suas causas e da sua estabilidade durante o período, para que encontrem-se soluções para o problema.

O estudo da conjuntura nacional mostra que nos anos 90, além do baixo crescimento econômico, o padrão de concentração de renda manteve-se alto e praticamente estável, comprovando a hipótese de que nos anos 90 não houve nenhum avanço na questão da redução dessa desigualdade e o Brasil continua figurando como um dos países mais desiguais do mundo.

Por último ressalta-se que as diferentes políticas adotadas nos anos 90, foram basicamente de cunho compensatório e assistenciais; visto que a preocupação econômica estava centrada na estabilidade econômica e na abertura comercial, onde o problema de desigualdade de renda foi novamente deixado de lado.

A redução do alto grau de concentração de renda, encontrado no Brasil, dependerá de políticas efetivamente redistributivas, e não apenas do crescimento econômico e do investimento em educação, devido à demora desses para reduzir as

desigualdades; deve-se partir para a prática de políticas de cunho estrutural que contribuam para uma adequada e organizada distribuição e para que os recursos aplicados em políticas sociais sejam eficazes.

REFERÊNCIAS

ARBACHE, J. S. **Pobreza e mercados no Brasil**. In: CEPAL Brasil. **Pobreza e mercados no Brasil**: uma análise de iniciativas de políticas públicas. Brasília, 2003.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R. MENDONÇA R. S. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro; IPEA, 2000.

BARROS, R. P.; MENDONÇA R. S. Os determinantes da desigualdade no Brasil. Texto para Discussão, n.º 377. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.

BELLUZO, L. G.; ALMEIDA, J. G. **Depois da queda**: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BENJAMIM, C. et al. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Incompatibilidade distributiva e desenvolvimento auto-sustentado. In: BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. (Org.) **Políticas para a retomada do crescimento**: Reflexões de economistas brasileiros. Brasília: IPEA: CEPAL, 2002.

CARTA CAPITAL. **Desigualdades**. São Paulo: Confiança, ed. 261, 08 out. 2003.

CARTA CAPITAL. **Desigualdades**. São Paulo: Confiança, ed. 269,03 dez 2003.

CASSEB, N.C.B. **Distribuição de renda no Brasil**: retrato da dependência histórica. Disponível em: <www.apropucsp.org.br/r8.htm> Acesso em: 11 maio 2004.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Texto Integral. São Paulo: Atlas, 1998.

FERREIRA, F.H.G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: Luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro; IPEA, 2000.

HOFFMANN, R. Tendências da distribuição da renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico. In: TINELLI, A. C.; TOLIPAN, R. A. (Org.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RAMOS, L. **A distribuição de rendimentos no Brasil 76/85**. São Paulo: IPEA, 1993.

RAMOS, L. R. A.; REIS, J. G. A. Distribuição de renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil. In: CAMARGO, J. M. & GIAMBIAGI, F. (Org.). **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SINGER, P. Desenvolvimento e repartição da renda do Brasil. In: TINELLI, A. C.; TOLIPAN, R. A. (Org.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WOOD, C. H.; CARVALHO, J. A. M. de. **A demografia da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA. Série PNPE 27, 1994.